



ESTADO DE SANTA CATARINA

ATO Nº 175, de 21/01/2019.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve **DETERMINAR**, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conformidade com a Portaria MF/STN nº 495, de 06 de junho de 2017, da Secretaria do Tesouro Nacional, a publicação dos **Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo**, relativos ao **terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2018**, elaborados com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2018 A DEZEMBRO DE 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS														
	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) ¹	1.050.777.802,18	1.056.385.217,47	1.093.093.176,33	1.083.545.298,53	1.102.113.885,04	1.111.073.610,66	1.116.718.698,30	1.104.381.940,03	1.103.515.625,66	1.103.492.959,76	1.123.885.566,97	1.228.930.872,00	13.277.914.652,93	7.359.386,12	
Pessoal Ativo	598.546.757,35	601.128.631,65	630.109.509,18	629.020.551,90	636.513.934,26	642.430.268,46	643.844.061,64	630.923.758,55	628.535.482,82	626.094.677,71	640.896.702,11	746.059.605,05	7.654.103.940,68	4.975.432,78	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	489.721.486,75	488.824.752,20	518.074.248,34	516.797.205,20	523.072.189,07	527.689.742,64	534.527.443,33	519.708.461,20	515.517.151,08	518.277.372,50	527.470.572,16	607.788.220,69	6.287.468.845,16	4.885.829,61	
Obrigações Patronais	108.824.492,34	112.302.718,15	112.033.753,46	112.222.121,56	113.440.493,17	114.739.678,02	109.315.801,77	111.214.413,61	113.017.515,20	107.816.410,98	113.425.367,17	138.270.618,22	1.366.623.383,65	89.603,17	
Benefícios Previdenciários	778,26	1.161,30	1.507,38	1.225,14	1.252,02	847,80	816,54	883,74	816,54	894,23	762,78	766,14	11.711,87	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	452.231.044,83	455.256.585,82	461.669.001,15	450.113.489,88	462.940.968,41	465.807.766,34	470.251.667,76	470.683.600,25	472.229.613,07	475.246.187,93	480.915.082,22	480.844.294,23	5.598.189.301,89	21.149,09	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	386.043.803,36	389.061.725,32	395.032.039,40	383.193.549,65	395.892.325,76	398.605.217,35	402.838.193,01	403.083.810,97	404.589.113,11	407.080.569,33	412.972.900,00	413.352.098,15	4.791.745.345,41	21.149,09	
Pensões	66.187.241,47	66.194.860,50	66.636.961,75	66.919.940,23	67.048.642,65	67.202.548,99	67.413.474,75	67.599.789,28	67.640.499,96	68.165.618,60	67.942.182,22	67.492.196,08	806.443.956,48	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º d	0,00	0,00	1.314.666,00	4.411.256,75	2.658.982,37	2.835.575,86	2.622.968,90	2.774.581,23	2.750.529,77	2.152.094,12	2.073.782,64	2.026.972,72	25.621.410,36	2.362.804,25	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	158.101.884,73	171.289.703,42	162.248.155,36	164.979.848,44	167.006.172,69	163.095.135,96	195.850.239,89	185.396.149,71	195.459.415,74	185.088.799,94	185.143.699,55	250.038.814,06	2.183.698.019,49	42.776,30	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.741.202,41	7.376.151,62	7.588.929,79	7.308.450,08	8.034.408,41	6.233.133,19	8.465.180,26	6.423.550,87	6.088.397,24	6.165.060,08	5.794.885,00	51.605.510,81	127.824.859,76	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	1.812.592,20	2.303.090,87	2.012.446,83	2.360.733,02	5.023.239,64	3.120.840,23	5.304.648,21	4.205.743,93	4.730.245,12	3.517.102,97	2.785.973,71	2.037.330,93	39.213.987,66	40.573,19	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	4.393.834,65	9.712.778,87	4.277.016,27	4.526.254,67	3.166.491,29	4.220.309,33	3.078.552,25	2.769.408,40	3.616.189,56	2.701.944,16	2.713.280,84	2.222.059,55	47.398.119,84	1.483,28	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	145.154.255,47	151.897.682,06	148.369.762,47	150.784.410,67	150.782.033,35	149.520.853,21	179.001.859,17	171.997.446,51	181.024.583,82	172.704.692,73	173.849.560,00	194.173.912,77	1.969.261.052,23	719,83	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	892.675.917,45	885.095.514,05	930.845.020,97	918.565.450,09	935.107.712,35	947.978.474,70	920.868.458,41	918.985.790,32	908.056.209,92	918.404.159,82	938.741.867,42	978.892.057,94	11.094.216.633,44	7.316.609,82	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	22.773.760.288,74	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	6.663.906,00	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	22.767.096.382,74	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	11.101.533.243,26	48,76%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	11.155.877.227,54	49,00%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	10.598.083.366,17	46,55%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	10.040.289.504,79	44,10%

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

^{1a} Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

^{1b} Para evitar a duplicidade de valores referente ao processamento da despesa com pessoal requisitado/cedido por órgãos e entidades pertencentes ao mesmo orçamento fiscal e da seguridade social (operações intraorçamentárias), estão sendo excluídos os valores registrados nas rubricas de receita 7.9.2.2.99.35.XX - Ressarcimento de pessoal cedido e 7.9.2.2.07.35.XX - Recup. desp. exerc. anteriores - ressarcimento de pessoal cedido, dos órgãos cedentes, e computado os valores registrados nos itens de despesa 31.91.96.01 - Pessoal requisitado de outros órgãos e 31.91.92.96 - Ressarcimento de despesa de pessoal requisitado de exercício anterior, dos órgãos cessionários.

^{1c} Inclusão das despesas com os Serventuários de Justiça (Subação 9380 - Encargos com Inativos Extrajudiciais - TJ - Fundo Financeiro) na Despesa com Pessoal do Poder Executivo, de acordo com a decisão do Tribunal de Contas do Estado nº 780/2017. O Estado de Santa Catarina ingressou com ação de Mandado de Segurança sobre a referida decisão, processo nº 4000394-66.2018.8.24.0000.

^{1d} Inclusão das despesas executadas na natureza de despesa orçamentária 33.90.59.00 - Pensões Especiais, referente as seguintes rubricas da folha de pagamento: 01-0006-01 - VENC PENSIONISTA; 01-1106-01 - PENSÃO MILITAR ESPECIAL; 01-1306-01 - PENSÃO SENTENÇA JUDICIAL; 01-1406-01 - PENSÃO VIUVA EX-PARLAMENTAR; 01-1506-01 - PENSÃO VIUVAS DE JUIZ DE PAZ; 01-1606-01 - PENSÃO VIUVAS EX-GOVERNADORES; 01-7006-01 - PENSÃO EX SERVIDOR NÃO ESTÁVEL; 01-8006-01 - PENSÃO EX-SERV NÃO CONTR IPESC.

² Deduzidas as despesas de inativos e pensionistas custeadas com recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados e das demais receitas diretamente arrecadadas pelo RPPS.

³ Os valores referentes às Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 13, art. 166 da CF) são obtidos por meio de demonstrativo divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional no seguinte endereço www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais - Demonstrativo relativo às Emendas Parlamentares Individuais.

Florianópolis, 18 de janeiro de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

Em Reais

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	23.224.812.961,96	23.622.912.308,63	24.652.238.954,38	24.033.977.412,19
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	20.220.062.575,08	20.570.842.321,13	21.433.487.022,57	20.856.192.281,63
Empréstimos	19.595.853.152,42	19.959.647.423,33	20.829.777.008,17	20.239.882.467,05
Internos	16.430.503.699,54	16.522.047.848,32	16.932.373.449,44	16.802.329.267,47
Externos	3.165.349.452,88	3.437.599.575,01	3.897.403.558,73	3.437.553.199,58
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	-	-	-	-
Financiamentos	5.311.684,07	17.635.752,43	17.083.889,15	17.083.889,15
Internos	5.311.684,07	17.635.752,43	17.083.889,15	17.083.889,15
Externos	-	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	618.897.738,59	593.559.145,37	586.626.125,25	599.225.925,43
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Previdenciárias	339.532.760,01	323.982.805,65	320.847.525,11	315.979.144,87
De Demais Contribuições Sociais	278.719.736,67	268.936.191,08	265.159.373,75	269.074.406,93
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	645.241,91	640.148,64	619.226,39	14.172.373,63
Demais Dívidas Contratuais	-	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	2.303.627.175,19	2.368.073.748,50	2.587.537.091,08	2.599.503.312,21
Outras Dívidas	701.123.211,69	683.996.239,00	631.214.840,73	578.281.818,35
DEDUÇÕES (II)	12.427.017.401,49	4.346.985.383,25	3.955.306.212,18	2.867.691.559,97
Disponibilidade de Caixa	9.209.288.955,69	3.989.916.534,14	3.597.463.529,25	2.512.101.809,55
Disponibilidade de Caixa Bruta¹	9.613.679.322,90	4.164.779.012,92	3.741.391.554,81	2.656.029.835,11
(-) Restos a Pagar Processados	404.390.367,21	174.862.478,78	143.928.025,56	143.928.025,56
Demais Haveres Financeiros⁴	3.217.728.445,80	357.068.849,11	357.842.682,93	355.589.750,42
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III)= (I - II)	10.797.795.560,47	19.275.926.925,38	20.696.932.742,20	21.166.285.852,22
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	21.132.256.296,12	21.542.091.051,84	21.921.199.488,30	22.773.760.288,74
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	109,90	109,66	112,46	105,53
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	51,10	89,48	94,42	92,94
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: 200% SOBRE a RCL	42.264.512.592,24	43.084.182.103,68	43.842.398.976,60	45.547.520.577,48
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	38.038.061.333,02	38.775.763.893,31	39.458.159.078,94	40.992.768.519,73
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	7.762.739,97	7.896.920,36	8.144.699,54	9.212.493,12
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ²	-	-	-	-
PASSIVO ATUARIAL³	145.563.841.267,07	145.563.841.267,07	145.563.841.267,07	152.523.611.725,04
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	5.901.392.604,30	6.110.704.013,96	6.110.704.013,96	6.022.141.867,93
RP NÃO PROCESSADOS	-	27.231.385,89	17.152.085,57	20.401,06
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	-	-	-	-
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	-	509.167.194,21	509.167.194,21	509.167.194,21

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Disponibilidade de Caixa Bruta representa os valores depositados em Bancos, incluindo aplicações financeiras, mais os valores da arrecadação indireta (valores arrecadados em processamento pela rede bancária). No entanto, são excluídos os valores referentes à depósitos de terceiros (tais como cauções, fianças, e consignações) e recursos legalmente vinculados.

² Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios".

³ O Passivo Atuarial é composto pelo Déficit Atuarial registrado nas contas 2.2.7.2.1.07 e 2.2.7.2.1.02.06 e pelo valor da Provisão Matemática registrado na conta 2.2.7.2, informações extraídas do Balancete Consolidado de dezembro de 2018.

⁴ Alteração da metodologia de apuração dos demais haveres financeiros em conformidade com o disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais, 8ª edição.

Florianópolis, 18 de Janeiro de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	-	-		
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)	-	-		
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	667.485.005,05	668.108.802,76	728.188.370,71	1.738.432.142,78
Em Operações de Crédito Externas	377.229.034,90	379.727.934,11	438.883.511,98	1.451.293.154,61
Em Operações de Crédito Internas	290.255.970,15	288.380.868,65	289.304.858,73	287.138.988,17
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	667.485.005,05	668.108.802,76	728.188.370,71	1.738.432.142,78
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	21.132.256.296,12	21.542.091.051,84	21.921.199.488,30	22.773.760.288,74
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	3,16%	3,10%	3,32%	7,63%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - Nº 043/2001 - DE (22%) sobre a RCL	4.649.096.385,15	4.739.260.031,40	4.822.663.887,43	5.010.227.263,52
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	4.184.186.746,63	4.265.334.028,26	4.340.397.498,68	4.509.204.537,17

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	-	-		
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	-	-		
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	667.485.005,05	668.108.802,76	728.188.370,71	1.738.432.142,78
Em Garantia às operações de Crédito Externas	377.229.034,90	379.727.934,11	438.883.511,98	1.451.293.154,61
Em Garantia às operações de Crédito Internas	290.255.970,15	288.380.868,65	289.304.858,73	287.138.988,17
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	667.485.005,05	668.108.802,76	728.188.370,71	1.738.432.142,78

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

2. O Estado assinou dois contratos de garantia com a Caixa Econômica Federal e dois contratos de contragarantia com a CASAN em decorrência de 18 contratos de financiamentos firmados entre a Caixa Econômica Federal e a CASAN, um no valor de R\$ 250.440.138,90 referente a 14 contratos garantidos, e outro no valor de R\$ 51.561.954,45 referente a 4 contratos garantidos, financiamentos estes referentes a intervenções em abastecimento de água e esgotamento sanitário em alguns Municípios do Estado.

3. O Estado assinou um contrato de garantia com a Agence Française de Développement - AFD e um contrato de contragarantia com a CASAN em decorrência do financiamento firmado, no valor total de € 99.756.455,08 , destinado à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Coletivo no Estado de Santa Catarina.

4. O Estado assinou um contrato de garantia com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e um contrato de contragarantia com a Celesc Distribuição em decorrência do contrato de financiamento entre o BID e a CELESC, no valor de U\$ 276.051.000,00, destinado ao financiamento de obras múltiplas para garantir a eficiência dos serviços prestados pela CELESC.

Florianópolis, 18 de Janeiro de 2019

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	17.000.000,00	189.717.750,00
Interna	17.000.000,00	68.000.000,00
Empréstimos	17.000.000,00	48.000.000,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 ¹ (I)	-	20.000.000,00
Externa	-	121.717.750,00
Empréstimos	-	121.717.750,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 ¹ (II)	-	-
TOTAL (III)	17.000.000,00	189.717.750,00

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	22.773.760.288,74	-
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI)= (IIIa + V - Ia - IIa)	169.717.750,00	0,75%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.643.801.646,20	16,0%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	3.279.421.481,58	14,4%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTARIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.594.163.220,21	7,0%

<u>OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	-	204.075,70
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS	-	-
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	-	-

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ De acordo com o Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em <conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip>, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

Florianópolis, 18 de janeiro de 2019

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DE RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)¹	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Fianceiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a – (b + c + d + e) - f)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.926.524.467,65	127.839.382,89	190.778.232,12	-	213.176.355,21	-	1.394.730.497,43	275.368.473,49	-
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	32.781.702,27	113.845,19	3.508.160,93	-	2.834.580,75	-	26.325.115,40	7.662.565,29	-
Transferências do FUNDEB 60%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do FUNDEB 40%	92.510.311,84	-	8.057.572,05	-	15.941.003,69	-	68.511.736,10	5.162.210,50	-
Outros Recursos Destinados à Educação	240.916.854,36	-	434.828,22	-	821.485,06	-	239.660.541,08	21.144.601,74	-
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	1.138.108,51	127.719.632,04	165.526.273,88	-	8.267.997,45	-	-300.375.794,86	61.029.775,96	-
Outros Recursos Destinados à Saúde	84.058.426,82	3.357,60	3.802.317,80	-	3.094.753,60	-	77.157.997,82	16.291.991,82	-
Recursos Destinados à Assistência Social	36.684.276,09	662,50	606.937,16	-	670.934,83	-	35.405.741,60	6.842.598,76	-
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	471.141.131,49	-	106.322,42	-	67.165.310,60	-	403.869.498,47	7.017.827,17	-
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	362.679.684,88	-	1.174.838,61	-	-	-	361.504.846,27	64.121.764,03	-
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	7.011.996,90	-	86.120,04	-	3.274,26	-	6.922.602,60	1.960.343,67	-
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	597.601.974,49	1.885,56	7.474.861,01	-	114.377.014,97	-	475.748.212,95	84.134.794,55	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	610.855.030,91	1.113,93	183.062.495,66	-	102.651.091,02	-	325.140.330,30	167.483.653,97	-
Recursos Ordinários	610.855.030,91	1.113,93	183.062.495,66	-	102.651.091,02	-	325.140.330,30	167.483.653,97	-
Outros Recursos não Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	2.537.379.498,56	127.840.496,82	373.840.727,78	-	315.827.446,23	-	1.719.870.827,73	442.852.127,46	-

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Conforme Relatório Cálculo do Superávit - UG 480001 - Secretaria de Estado da Saúde, UG 480091 - Fundo Estadual de Saúde e UG 480092 - Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde.

² Conforme Relatórios Cálculo do Superávit das UGs 450001 - Secretaria de Estado da Educação, 450021 - Fundação Catarinense de Educação Especial, 450022 - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, 450091 - Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvol. da Educ. Superior e 450092 - Fundo Estadual de Educação.

³ Conforme Relatórios Cálculo do Superávit das Ugs do IPREV 470022 e 470076 - Fundo Financeiro. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

⁴ Conforme Relatórios Cálculo do Superávit das Ugs 260001 - Secretaria de Estado da Assistência Social, trabalho e Habitação, 260022 - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina, 260093 - Fundo Estadual de Assistência Social, 260094 - Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina, 260096 - Fundo Estadual de combate e Erradicação da Pobreza, 260098 - Fundo Estadual do Idoso e 260099 - Fundo para Infância e Adolescência.

Florianópolis, 18 de janeiro de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48)

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	22.773.760.288,74
Receita Corrente Líquida Ajustada	22.767.096.382,74

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	11.092.883.975,30	48,72
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	11.155.877.227,54	49,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	10.598.083.366,17	46,55
Limite Alerta (inciso II do §1º do art . 59 da LRF)	10.040.289.504,79	44,10

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	21.166.285.852,22	92,94
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	45.547.520.577,48	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	1.738.432.142,78	7,63
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.010.227.263,52	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	169.717.750,00	0,75
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	3.643.801.646,20	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.594.163.220,21	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	442.852.127,46	1.719.870.827,73

FONTE: Anexos do RGF - 3º Quadrimestre 2018 - SEF/DCOG/COINF

Florianópolis, 18 de janeiro de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA